

# Zuleido Veras tenta liberar verbas, mesmo denunciado

108

BRASÍLIA

Sob o sol da capital federal, longe da cela que ocupou durante alguns dias na Superintendência da Polícia Federal, Zuleido Veras, o dono da construtora Gautama, continua a percorrer a cidade sem ser incomodado. É o passageiro de um veículo Santana azul marinho, dirigido por um motorista particular, e bate ponto num escritório do sexto andar de um edifício na Asa Sul.

Curiosamente, o empresário divide o mesmo prédio que abriga a Corregedoria do Governo do Distrito Federal.

É a rotina do empresário na capital federal. A amigos e interlocutores, Zuleido se diz um empreiteiro como os outros e apenas um peixinho num mar de gigantes, quando o assunto é contrato para obras com a União. Fica em Brasília quando não está na mansão da família, em Salvador (BA).

Zuleido e todos os diretores da empresa, detidos pela Polícia Federal na Operação Navalha, foram libertados por habeas corpus concedidos pelo Tribunal Superior de Justiça por serem réus primários.

Em seu escritório na capital federal, os funcionários da

construtora não recebem os salários desde que a denúncia estourou na mídia e os diretores foram presos. Mesmo diante da repercussão negativa na imprensa com a denúncia da Polícia Federal e com o novo relatório do Tribunal de Contas da União indicando a empreiteira como líder entre as construtoras inidôneas, Zuleido tem recorrido da sentença no próprio órgão, a fim de tirar a construtora da lista negra e voltar a receber recursos do governo para as obras inacabadas. As explicações do empresário ainda não convenceram os ministros ainda, por mais que ele se esforce e apresente farta documentação.

Procurada por este jornal, a Gautama informou ontem pela assessoria de imprensa que, das três obras citadas na reportagem, uma, a de infra-estrutura turística de Porto Velho, pertence à empresa LJA. A Gautama informou ainda que, "em seus 12 anos de existência, todas as obras da empresa passaram por rigorosas fiscalizações dos órgãos competentes, e, em todos os casos, cumpriu os requisitos solicitados pelos contratantes".

(L.M.)